

| 412 | ESTRATÉGIAS DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE PARA A PRODUÇÃO

SOCIAL DO HABITAT

Anna Karina Borges de Alencar

Resumo

O presente trabalho analisa as estratégias dos movimentos de luta por moradia da Região Metropolitana (RM) do Recife, durante a década de 2000, em torno da Produção Social do Habitat - PSH, ao serem protagonistas de seu próprio desenvolvimento social, com a finalidade de implementarem projetos de Habitação de Interesse Social e ter acesso à moradia e à cidade. Diante das recentes mudanças ocorridas nas políticas de habitação e de desenvolvimento urbano, este trabalho desenvolve uma análise da relação que vem se construindo entre os movimentos de luta por moradia da RM do Recife e a atual Política Nacional de Habitação de Interesse Social. Este trabalho é resultado da dissertação de Mestrado, defendida em janeiro de 2012, intitulada *“Novas Formas de acesso à moradia: Estratégias dos Movimentos de Luta por Moradia para a Produção Social do Habitat,”* a qual se inseriu no projeto de pesquisa do Observatório das Metrôpoles integrante do programa INCT e CNPq do estudo sobre as *“Formas de Provisão da Moradia na década de 2000 - A autogestão na produção da moradia popular: experiências de mutirões e cooperativas habitacionais nas metrópoles de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife.”*

Palavras-chave: Produção Social do Habitat, Movimentos Sociais de Luta por Moradia, Habitação de Interesse Social.

A Pesquisa e suas Questões Norteadoras

Tendo em vista alguns avanços na política pública provocados pela reforma urbana e as mudanças ocorridas recentemente nas políticas de habitação e de desenvolvimento urbano como a implantação dos instrumentos como o Estatuto da Cidade, em 2001, a nova Política Nacional de Habitação de Interesse Social - PNHIS, em 2003; e de programas voltados para a habitação de interesse social, os quais avançaram no reconhecimento da função social da propriedade e da habitação como questão do Estado e direito básico do cidadão, o nosso objeto de estudo são as formas de organização assumidas pelos Movimentos de Luta por Moradia da RM do Recife, durante a década de 2000, para acessar os atuais programas habitacionais e implementar a Produção Social do Habitat - PSH.

A motivação da pesquisa partiu da vivência empírica direta com o objeto de estudo, inspirada inicialmente nas idéias de autores como Henrique Ortiz que defendem a PSH como estratégia prioritária para responder às necessidades habitacionais da população de baixa renda. Assim, identificou-se uma grande dificuldade destes movimentos para

acessarem diretamente os atuais programas da PNHIS e implementarem os projetos habitacionais de interesse social. Como ilustração do pouco alcance e da dificuldade de acesso à política de habitação, pôde-se verificar que desde 2004, ano em que foi criado o primeiro programa federal com esse propósito, apenas um único movimento de moradia, em todo o estado de Pernambuco, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB, conseguiu concluir, acessando diretamente os recursos do programa Crédito Solidário, num regime de autogestão, um empreendimento habitacional para 200 famílias em Recife – PE.

Sendo assim, o objetivo central da pesquisa foi o de analisar as estratégias dos movimentos de luta por moradia da RM do Recife, em torno da PSH para a implantação de projetos de Habitação de Interesse Social e ter acesso à moradia e à cidade. Esta pesquisa teve três objetivos específicos: o primeiro objetivo foi de identificar, analisar e dar visibilidade às experiências dos movimentos de luta por moradia da RM do Recife; o segundo objetivo foi o de caracterizar as formas de organização assumidas pelos movimentos para angariarem financiamento no âmbito da PNHIS; e finalmente o último objetivo foi o de: identificar, mapear, analisar e caracterizar os empreendimentos realizados por meio de PSH na RM do Recife, na década de 2000.

Partiu-se de uma vasta investigação bibliográfica como Bonduki (1992), Gohn (1995, 2003), Santos Jr (2009) e Maricato e Santos Jr (2007), dentre outros que aponta que a luta pelo direito à moradia digna e por políticas públicas de habitação no Brasil vêm sendo bastante impulsionadas pelos Movimentos Sociais Urbanos de Moradia e pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNUR, que reúne boa parte destes movimentos. Importante destacar que os movimentos sociais urbanos de luta por moradia são aqui entendidos como ações coletivas organizadas pela população de baixa renda na busca pelo direito à cidade, através do acesso ao solo urbano, à moradia e aos serviços e equipamentos coletivos.

O conjunto de reflexões realizadas nesta pesquisa partiu da hipótese de que há outras formas alternativas contra-hegemônicas, constituídas por um conjunto de iniciativas, movimentos e organizações, que através de redes e alianças globais, lutam pelo acesso à moradia digna e à cidade por meio da PSH. Esta produção vem sendo adotada progressivamente pelos movimentos de luta por moradia em âmbito nacional como forma de conduzir a gestão dos processos de promoção habitacional pela própria comunidade a ser favorecida.

Assim, no momento em que se discute o financiamento da produção de habitações de interesse social, contando com metas de programas de governo, vários instrumentos articulados e o morador como protagonista principal deste processo, para responder a esta pesquisa foram levantados os principais questionamentos: 1) Quais as

motivações dos movimentos de luta por moradia da RMR que possibilitaram a PSH? II) Qual a capacidade que estes movimentos têm de se articular? (Como estes movimentos têm se organizado?) e III) Quais as práticas / razões que fazem com que estes movimentos consigam acessar e efetivar os programas habitacionais?

Aspectos Metodológicos

Partindo do pressuposto que há alguns entraves importantes para a efetivação da PNHIS, e que é necessário conhecer as possibilidades e limites dos programas e a relação com seu público-alvo para contribuir com a eficácia desta política, esta pesquisa levantou informações a partir de uma revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (in loco) por meio de observação sistemática não participante e individual e através de entrevistas semi-estruturadas.

A revisão bibliográfica foi dirigida a compreender elementos acerca da produção do conhecimento científico sobre o tema do direito à cidade com abordagens críticas sobre as questões fundiárias; o processo de produção e o acesso ao financiamento habitacional; a gestão democrática e a questão da função social da cidade e da propriedade; e da capacidade dos movimentos de se organizarem para ter acesso à cidade.

Ao trazer abordagens sobre o novo cenário da política habitacional brasileira, e a influência dos movimentos de moradia, buscou-se refletir sobre o processo de construção e implementação desta nova política, avaliando os limites e possibilidades da PSH e a sua integração com a PNHIS, no atual contexto brasileiro e da RM do Recife. Assim, pôde-se perceber que depois de um longo tempo sem uma política nacional de habitação, desde a extinção do BNH em 1986, apenas no início da década de 2000, o governo federal criou uma série de medidas para dar prioridade à população de baixa renda.

Desta forma foram identificados na atual PNHIS 18 programas federais de Habitação de Interesse Social, destes 14 visam atender a baixa renda através do poder público ou associações e cooperativas. Entretanto inspirados no conceito da PSH, foram criados apenas 03 programas: Programa Crédito Solidário, Programa Produção Social da Moradia do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - PSM/FNHIS e o Programa Habitacional Popular Entidades do Minha Casa Minha Vida - PHPE / MCMV.

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas focada nos movimentos de luta por moradia, mais atuantes na RM do Recife na década de 2000, realizadas principalmente junto às lideranças dos movimentos de luta por moradia, de associações ou cooperativas. Tomou-se como estudo de caso as três entidades que já conseguiram contratar

efetivamente os programas de habitação de interesse social: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, e a Central de Movimentos Populares - CMP. Além destas fontes também coletou-se informações por meio de entrevistas e coleta de dados junto a assessorias técnicas, gestores públicos e técnicos da CAIXA e Ministério das Cidades.

Portanto, enquanto categoria de análise esta pesquisa se debruçou sobre a realidade urbana na RM do Recife para avaliar o paradigma do direito à cidade refletido e manifestado concretamente pelas intervenções no meio urbano, sob duas abordagens: a forma como o Estado internaliza o discurso do direito à cidade, dentro do modelo de gestão democrática através da nova política habitacional e como a população de baixa renda excluída deste direito através dos movimentos de luta por moradia tem lutado para garanti-lo.

A Produção Social do Habitat como Forma de Enfrentar a Exclusão Social e Ter Direito à Cidade

Vive-se atualmente sob o paradigma do modelo neoliberal movido pelos interesses econômicos de escala global por meio das grandes corporações e organismos internacionais que impõem diretrizes sobre os governos locais, aumentando a pobreza, fomentando a exclusão e o individualismo, os quais desestimulam a criação de espaços coletivos que poderiam possibilitar a conjugação de forças para fazer efetivo o direito à cidade.

Em contraposição a este modelo de dominação que gera o enriquecimento de poucos a custas da exploração e empobrecimento da maioria da população, emergem cada vez mais grupos sociais que conduzem experiências inovadoras e alternativas a este modelo neoliberal: a PSH. Surge assim, como estratégia alternativa de iniciativa da sociedade civil organizada, como uma nova forma de produção de moradias.

Este tema sobre PSH emergiu na América Latina desde a segunda metade do século XX e apesar de ainda ser quantitativamente inexpressivo no Brasil, vêm adquirindo relevância nos últimos anos, tendo como referência os mutirões autogeridos na grande São Paulo, organizados pela União Nacional de Moradia Popular - UNMP, Central de Movimentos Populares - CMP e outros movimentos nacionais de luta por moradia digna articulados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU, que se espelharam nas experiências Uruguais da Federación Uruguaya de Viviendas por Ayuda Mútua - FUCVAM.

Tem-se percebido que a PSH vem se tornando possível no Brasil, desde que o governo federal aprovou a Lei 11.578/2007 que viabilizou o acesso direto pelos movimentos de moradia ao FNHIS. Deste então, pôde-se verificar que estes movimentos vêm cada vez mais adotando, em âmbito nacional, a PSH como eixo fundamental de sua atuação, como alternativa de acesso à habitação, e até de produção do espaço urbano.

Assim, a PSH tem se desenvolvido como um processo de iniciativa popular, fruto da luta dos movimentos sociais de luta por moradia digna, gerido de forma autogestionária pelas comunidades populares, historicamente excluídas. Por meio da autogestão estes grupos se unem em associações ou cooperativas com o objetivo de satisfazer suas necessidades para a produção de moradia e de espaços urbanos, através da gestão integrada de processos políticos, construtivos, culturais e de convivência entre o grupo.

Um dos objetivos da PSH é o direito à cidade, tendo como princípio que este direito é algo que se conquista e não algo doado aos cidadãos. (DE LA MORA, 2007) Portanto, a PSH não se desenvolve de forma isolada, ela deve acontecer por meio da iniciativa de entidades populares contando com o apoio e financiamento do poder público e mercantil. O fato de ser autogerida e protagonizada pelos próprios moradores não exclui a articulação dos outros atores externos.

Assim, de acordo com autores como Ortiz (2004) as características fundamentais da PSH são o protagonismo da sociedade civil organizada e a articulação de responsabilidades compartilhadas de distintos atores (sociedade civil, governo, empresas, ONGs...).



Fonte: autoria própria, 2011.

O termo protagonismo passou a ser bastante utilizado para os atores que configuram as ações de um movimento social tal como Gohn (2005), mas também passou a ser utilizado largamente na sociedade política. Neste sentido, entende-se que o protagonismo é o acontecimento onde o indivíduo ou um grupo se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino. Ao se reconhecerem como atores sociais, através de um

processo de empoderamento, transformam suas relações com a sociedade civil, o mercado e o Estado.

Desta forma, o objetivo principal da PSH é possibilitar a qualidade de vida e bem-estar dos habitantes, por meio da geração de uma cidadania consciente, ativa e responsável. Por meio da PSH a população envolvida passará por processos de fortalecimento organizacional, político e sócio-cultural através da gestão participativa e democrática de seus projetos na luta para defender a função social da propriedade.

Na concepção da PSH a prática de participação implica no envolvimento protagônico da população ao longo de todo o processo de produção do seu habitat, em todas as etapas, garantindo o caráter deliberativo, com alto nível de participação. Percebe-se um crescente diálogo entre o Estado e a população organizada de baixa renda, entretanto entende-se que isto não significa que efetivamente esta população tem tido a oportunidade de decidir. Os estudos realizados por De la Mora (1993) apontam alguns limites à participação, segundo o autor a participação tem origem: espontânea, imposta, induzida e conquistada. Na RM do Recife os canais de participação têm ganhado força, tem aumentado o número de experiências participativas com a inserção da população nos debates, anteriormente restrito ao poder público e econômico, todavia este crescimento da participação da população nestes canais, não significa necessariamente, o estabelecimento de práticas emancipatórias.

Especialmente para a população historicamente excluída, a oportunidade de participar de discussões e decisões sobre a cidade ou sua moradia é um grande ganho, contudo, acredita-se que a situação de extrema carência e falta de informação, ainda fragiliza e tornam estes grupos vulneráveis diante dos interesses econômicos. Segundo aponta Santos Junior (2001, p 98) “[...] as desigualdades sociais produzem desigualdades nas condições de exercício da cidadania, e portanto, desigualdade de poder.”

Este mesmo autor defende a necessidade de vinculação destes atores a redes de solidariedade e filiação social, o que contribui para a habilitação destes para uma efetiva participação. No caso dos movimentos de luta por moradia da RM do Recife, tem-se percebido que a participação social destes movimentos não tem acontecido apenas com a mediação de conflitos, negociações ou nos canais de participação, a luta pelo direito à cidade na RM do Recife tem sido reforçada em cada reivindicação, mobilização e em cada espaço que se apropria por meio das ocupações.

Resultados da Pesquisa: As Estratégias dos movimentos de moradia da RM do Recife para a PSH

Acreditando na força do coletivo para a conquista dos direitos, indicada por Gohn (2005), na sua abordagem sobre a transformação de atores sociais em sujeitos políticos, buscou-se identificar o alcance dos movimentos, apontando alguns progressos e entraves relacionados com suas ações protagônicas de reivindicações, ocupações e participação em diferentes níveis dos espaços institucionais, e também como estes têm se relacionado com os outros entes da sociedade civil na luta por moradia. A análise dos movimentos de moradia, suas atuações e estratégias indicam o estudo de suas práticas (quais os propósitos, que motivações, que relações ocorrem, sobre a compreensão do que está em jogo e como acontece a sua relação com a Política Nacional de Habitação e Interesse Social e em que medida estes movimentos têm tido acesso à moradia e à cidade).

Os Atuais Movimentos de Luta por Moradia da RM do Recife e suas estratégias

Para delimitar o que se denomina aqui de atuais movimentos de luta por moradia, aponta-se a seguir um dos marcos relevante para o surgimento dos atuais movimentos de luta por moradia que atuam na RM do Recife. Empenhados na luta pelo direito à moradia, diversos movimentos sociais e associações que atuavam nesta região, articulados em torno das ações lideradas pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, e pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, se uniram a outros movimentos sociais, estudantis, sindicais, contando também com os segmentos progressistas da igreja Anglicana, para realizar a ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em 1999, no centro do Recife. Importante salientar que entre todos estes movimentos que se uniram estava também o Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto – MUST, movimento bastante atuante na época ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU, o qual foi associado pela mídia como o responsável por esta ocupação.

Alguns movimentos que participaram desta ocupação tomaram-na como arena política de destaque para disseminar seus ideais. A partir deste acontecimento, alguns destes movimentos começaram a desenvolver várias ocupações em diversos lugares da RM do Recife e até pelo estado de Pernambuco. Por meio de mobilizações e organizações de famílias de vários lugares da cidade, iniciaram novas táticas de lutas que envolviam processos legais e burocráticos para que as famílias fossem atendidas pelos programas habitacionais de interesse social vigentes.

Entretanto, somente a partir da criação do Ministério das Cidades (2003), do ConCidades (2004) e de do programa Crédito Solidário (2004), que os movimentos de luta por moradia atuantes na RM do Recife, intensificaram a luta por moradia lutando pelo

ocupação de terrenos públicos e privados como forma de ter acesso à cidade. Em 2003 foram registrados por diversos jornais da cidade do Recife (Jornal do Comercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco) a realização de 23 ocupações coletivas pelos movimentos de luta por moradia na RM do Recife, envolvendo cerca de 2.800 famílias.

Assim, na pesquisa de campo foram identificadas 12 organizações como representantes dos atuais movimentos sociais urbanos de luta por moradia, atuantes na RM do Recife. Todas elas agrupam famílias com faixa de renda de até 01 salário mínimo. O quadro a seguir apresenta os movimentos de moradia, identificando algumas formas de atuação e estratégias:

Quadro 01: Identificação dos movimentos de moradia, atuação e estratégias

MOVIMENTOS	SIGLA	FILIADO AOS MOVIMENTOS NACIONAIS	NOVAS OCUPAÇÕES	ATUAÇÃO	ATUA EM PARCERIA? COM QUEM?	PARTICIPA NOS CONSELHOS, E FÓRUNS LOCAIS	PARTICIPA NO CONCIDADE
Movimento Nacional de Luta por Moradia	MNLM - PE	Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM	não, só assistência, associações, manifestação	regional	Está tentando construir parceria c/ ONG Habitat.	Orçam. Participativo, PREZEIS, Conselho Municipal e Estadual	não
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	MTST	União Nacional de Moradia Popular - UNMP	sim	regional	Sim. Recebe a assessoria técnica de Habitat e da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB	Conselho Estadual	c/ UMNP
Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas	MLB	Central de Movimentos Populares - CMP	sim	regional	Sim. Recebe a assessoria técnica da ONG Habitat e CEHAB	Conselho Municipal, e Estadual	c/ CMP
Organização e Luta dos Movimentos Populares de Pernambuco	OLMP	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	sim	regional	Sim. Recebe a assessoria técnica da ONG Habitat e CEHAB	Conselho Municipal, e Estadual	não
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade/PE	MTL	não	sim	regional	Não	Conselho Estadual	não
Movimento de Luta Por Moradia / PE	MLM-PE	Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM	não, só assistência, associações, manifestação	regional	não	Orçam. Participativo, PREZEIS, Conselho Municipal.	não
Movimento de Luta por Terra	MLT	Central de Movimentos Populares - CMP	sim	regional	Sim, ONG Habitat e MTST	Conselho Estadual	não
Movimento de Luta, Trabalho e Moradia	MLTM	Dissidência do Movimento de Luta por Terra - MLT	sim	Paulista	ONG Habitat, MTST, MLT	nenhum	não

Movimento de Luta, Resistência Popular	MLRP	Central de Movimentos Populares - CMP	sim	regional	OLMP, CMP, ONG Habitat	nenhum	não
Movimento de Luta Popular Comunitária	MLPC	dissidência da Organização e Luta dos Movimentos Populares de Pernambuco OLMP	sim	Recife	não	nenhum	não
União das Associações Comunitárias de Olinda	UNACO MO ligado FEMOC OHAB	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	sim	regional	Sim, prefeitura de Olinda e CEHAB prestam assessoria técnica	Orçam. Participativo	c/ UNACOMO
Movimento de Luta Resistência por Terra	MLRT	Dissidência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST	sim	regional	Sim, CEHAB	nenhum	não

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas - 2010.

Como demonstra o Quadro 01, alguns movimentos vêm consolidando uma aliança com os movimentos nacionais de luta por moradia, com o objetivo de se inserirem de forma participativa nas instâncias nacionais de decisão e condução das políticas públicas. Destaca-se que a instância de negociação que os movimentos têm optado é principalmente a esfera política junto ao poder público, (prefeituras municipais, o governo estadual e o governo federal). Dentro dessa dimensão política, iniciam seus processos de negociação com os entes governamentais de acordo com os atuais programas e políticas públicas habitacionais. Quanto ao tipo de participação dos movimentos de luta por moradia da RM do Recife na gestão da política municipal de habitação de interesse social, o diálogo com os entes governamentais locais tem acontecido, entretanto, este diálogo só se inicia na base da pressão (depois de realizada a ocupação dos terrenos).

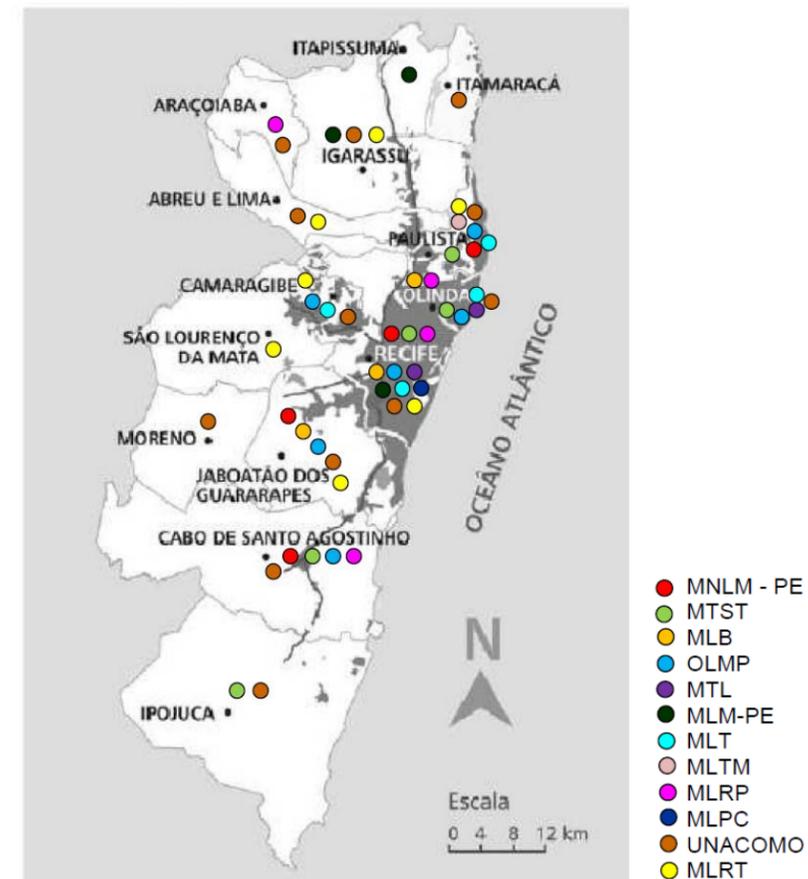
Quanto as conquistas em termos de produção e acesso à moradias, aponta-se abaixo alguns números sobre os movimentos que conseguiram obter o acesso à moradia por empreendimentos realizados pelo poder público: MTST - 06 empreendimentos - 1.038 UH; OLMP - 03 empreendimentos - 313 UH; MLB - 03 empreendimentos - 444 UH; MLT - 01 empreendimento - 442 UH; MLRP - 02 empreendimentos - 372 UH; e UNACOMO - 01 empreendimento 200UH. Assim, o total de empreendimentos destinados a população filiada aos movimentos de moradia sem a PSH (doação sem participação), na década de 2000, foram 16 empreendimentos - 2.809 UH.

Quanto a aliança e parceria entre os próprios movimentos de luta por moradia na RMR, pôde-se constatar que de forma geral, eles ainda realizam a maioria de suas ações isoladamente, não há sentimento de grupo entre eles, somente a partir de 2000 é que alguns

movimentos de luta por moradia se uniram para realizar algumas ações específicas. De maneira geral, eles se articulam mais aos movimentos de abrangência nacional, e localmente se unem apenas para realizar os eventos de reivindicação nas ruas e órgãos públicos e por meio da participação em fóruns regionais como o Fórum Estadual de Reforma Urbana - FERU.

Identificou-se que apenas 02 organizações têm atuação exclusiva no âmbito local: o Movimento de Luta, Trabalho e Moradia - MLTM que atua somente em Paulista e o Movimento de Luta Popular Comunitária - MLPC que atua somente em Recife. As demais organizações têm atuação de abrangência regional, distribuídos pela RM do Recife, como mostra o mapa apresentado na Figura 01.

Figura 01 – Mapa localizando a atuação dos movimentos na RMR, na década de 2000.



Fonte: Souza (2007) com localização dos movimentos realizada pela autora da pesquisa - 2011.

Quanto a aliança com outras entidades da sociedade civil ou órgãos públicos, pudemos constatar que os principais aliados dos movimentos de moradia são as ONGs. Destaca-se o apoio relevante de organizações como Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social - ETAPAS, Oxfam, Habitat para a Humanidade - Habitat, Centro Josué de Castro e a Universidade

Federal de Pernambuco que vêm apoiando os movimentos sociais da RM do Recife para se fortalecer em termos políticos, financeiros e organizacionais. Um elemento novo neste tipo de aliança com as ONGs e universidades é que gradativamente algumas delas como Habitat para Humanidade e a UFPEⁱ vêm assumindo alguns papéis de assessoria técnica construtiva, social ou jurídica para viabilizar o acesso direto destas organizações aos recursos públicos e a gestão de projetos habitacionais. Como demonstrado no Quadro 01, além das ONGs e UFPE, boa parte destas organizações vem também buscando apoio e parcerias institucionais com o governo do estado, sobretudo com a Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB e a Secretaria das Cidades / PE. Assim, ao se analisar as alianças dos movimentos de moradia para a PSH verificou-se o seguinte:

Parceria com a ONG Habitat para a Humanidade:

- MTST - 06 projetos em PSH - pelo Programa Habitacional Popular Entidades - PHPE/Minha Casa Minha Vida - MCMV; e 01 projeto de Assistência Técnica AT/ FNHIS;
- OLMP - apoio de Habitat em 02 projetos AT/ FNHIS

Parceria com a UFPE :

- MLB - apoio da UFPE em 02 projetos de PSH - AT Crédito Solidário e AT / FNHIS;
- MLT apoio da UFPE em 01 projeto AT / FNHIS

Parceria com a CEHAB :

- MLB - apoio da CEHAB em 02 projetos de PSH - 01 Crédito Solidário e outro PHPE; e apoio em mais 03 projetos - 02 PAC e 01 HIS / FNHIS;
- MTST - apoio da CEHAB em 02 projetos de PHPE/MCMV;
- MTL - apoio da CEHAB em 01 projeto HIS / FNHIS;
- MLRT - apoio da CEHAB em 01 projeto (ainda em desenvolvimento);
- MLRP - apoio da CEHAB em 01 projeto HHB / PAC;
- MLT - apoio da CEHAB em 01 projeto HHB / PAC.

Portanto, com base nos dados acima, há atualmente na RM do Recife 10 projetos em PSH:

- ✓ 01 concluído - do MLB pelo programa Crédito Solidário, foi construído uma conjunto habitacional com 200 habitações em Recife - PE;
- ✓ 01 desenvolvendo projeto pelo Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE / MCMV) com apoio técnico da CEHAB: MLB irá construir 144 unidades habitacionais num terreno em Jaboatão do Guararapes - PE, onde a prefeitura e a CEHAB já estão construindo 112 unidades habitacionais para o mesmo movimento;
- ✓ 06 desenvolvendo projetos pelo Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE / MCMV) com apoio técnico da Ong Habitat e da CEHAB: os movimentos MTST/

MLT e MLTM se uniram para desenvolver projeto conjuntamente em Paulista, destes 05 projetos serão viabilizados 978 unidades habitacionais distribuídas entre os três movimentos num mesmo terreno em Paulista - PE; e

- ✓ 02 dois contratados pelo Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE / MCMV) em fase de construção do empreendimento: MTST está construindo 150 unidades habitacionais em Paulista - PE; e CMP, apoiando o Grupo Melhor Idade Flor de Carmela, está construindo um conjunto habitacional com 128 habitações em Jaboatão dos Guararapes - PE.

Ao analisar a forma de produção de habitação com a participação dos movimentos, pode-se identificar que, até o momento em que a pesquisa foi realizada, apenas o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB conseguiu acessar financiamento federal e concluir um conjunto habitacional em regime de autogestão. Além do MLB, a Central de Movimentos Populares - CMP está atualmente apoiando a Associação de Mulheres - *Grupo Melhor Idade Flor de Carmelo*, contando com a larga experiência da CMP em nível nacional. Esta associação conseguiu contratar o PHPE / MCMV em março de 2011 e está recebendo todo o apoio técnico da CMP para construção de 128 unidades habitacionais em Jaboatão dos Guararapes.

Portanto, a partir das informações colhidas na pesquisa de campo, pôde-se constatar que houve alguns avanços na construção de uma política para responder as necessidades habitacionais da população de baixa renda da RM do Recife, inclusive com alguns resultados concretos na conquista de moradias para essa população. No entanto, foi possível verificar que na grande maioria das ações de promoção habitacional durante a década de 2000, o poder público se manteve como principal agente dos processos, centralizando a tomada de decisões e a gestão dos mesmos, e até mesmo inviabilizando a participação mais ativa e o protagonismo da população, que na maioria das vezes permaneceu como beneficiária dos empreendimentos realizados.

O Que Fez a Diferença para o Acesso aos Programas de Moradia?

A necessidade de avaliar as táticas assumidas pelos movimentos para angariarem financiamento no âmbito da PNHIS implicou numa análise sobre os movimentos que estão tentando acessar os programas e implementar a PSH. Para isto no primeiro momento foi apontado que organizações vêm tentando ter acesso a estes programas de habitação de interesse social, e assim identificou-se quais conseguiram algum êxito com a contratação dos financiamentos e quais foram ficando pelo caminho. No segundo momento, realizou-se uma análise mais aprofundada das entidades que vem conseguindo ter acesso aos programas habitacionais. Este primeiro momento foi utilizado para estabelecer a identidade dos movimentos que estão tentando acessar os programas de moradia e a forma de atuação dos mesmos. O segundo momento foi utilizado para identificar as estratégias utilizadas pelos movimentos para acessar os programas de moradia e a forma de atuação dos mesmos. O terceiro momento foi utilizado para identificar as estratégias utilizadas pelos movimentos para acessar os programas de moradia e a forma de atuação dos mesmos.

conseguiram contratar efetivamente os programas de habitação de interesse social são elas: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB, e a Central de Movimentos Populares - CMPⁱⁱ. Assim, de forma bastante sucinta esboça-se a seguir as principais categorias analisadas:

- Motivações das lideranças (pessoais e políticas):
 - MTST: busca o reconhecimento da luta dos movimentos por moradia;
 - MLB e CMP: pela própria condição de excluídos dos líderes defendem o socialismo;
- Capacidade de participar das políticas públicas e de gerir seus próprios projetos: os três movimentos têm participado ativamente das discussões políticas em âmbito nacional, entretanto a capacidade gerir projetos ainda é embrionária, os movimentos não estão completamente instrumentalizados;
- Motivos técnicos e organizacionais: os três movimentos mantêm a luta de base viva (ocupações e manifestações de rua); ocupações para desencadear negociação com o poder público; mudança de estratégia com poder público (ao invés de partir para o embate, tornaram-se parceiro); e formalização das parcerias com responsabilidades distribuídas;
- Articulação técnica e política (vários parceiros para assessoria e capacitação):
 - MTST: FNHIS - PSMⁱⁱⁱ 2009 - parceria com Habitat e CEHAB. Tinha 03 projetos contratados cumprindo exigências para finalizar contrato. (02 são em Paulista - PE e 01 em Recife - PE); e PHPE 2009/10 - 02 projetos contratados em Paulista - PE.
 - MLB: Crédito Solidário 2005 - parceria com UFPE e CMP. Contratou e construiu 200 UH Conjunto Dom Helder Câmara em Recife - PE; PHPE 2009/10: 01 projeto contratado cumprindo exigência no PHPE / MCMV.
 - CMP: PHPE 2009/10 - Apoiando Grupo Melhor Idade Flor de Carmela contratou 01 projeto em Jaboatão.

Considerações Finais

Através da pesquisa realizada foi possível constatar que um dos principais motivos do entrave para o alcance à política de habitação para a população de baixa renda, não é apenas resultado de escassez de vontade política ou de recursos financeiros, mas

mercantilizada, dificultando o acesso à terra urbana legalizada e com toda infra-estrutura básica para a população de baixa renda. Apesar da disponibilização pelo governo federal de recursos para o financiamento de habitações de interesse social, o grande aquecimento do mercado imobiliário provocado pela disponibilização dos recursos para financiar habitações de forma geral tem inflacionado o valor das terras.

Diante desta super valorização e mercantilização de terras, a população de baixa renda, ao conseguir se organizar como cooperativa ou associação, para acessar os financiamentos disponíveis, dar-se conta que para produzir este tipo de empreendimento, os recursos disponíveis nos financiamentos habitacionais, são insuficientes para a compra de terra e para a produção das habitações, acarretando no baixo poder de barganha e agilidades frente ao mercado privado.

Ao analisar as práticas das três entidades chegou-se a conclusão que as parcerias para a realização de processos em PSH precisam ser mais valorizadas, independente de trazerem recursos ou não, deve-se buscar uma maior proximidade e reconhecimento da atuação dos parceiros para que possam através destes fortalecer as negociações possibilitando o acesso a terrenos e assessoria técnica. O acesso aos subsídios governamentais para moradia no Brasil apresenta ainda muitos limites formais, estabelecidos pelos programas, e diversos limites informais, estabelecidos nas práticas dos atores envolvidos.

Uma outra questão que identificou-se como decisiva para o êxito das entidades é a filiação / articulação aos movimentos nacionais, o que têm possibilitado a estas entidades locais a entrar nas negociações políticas em âmbito nacional. A troca de experiência dos que já estão desenvolvendo experiências em PSH em outras regiões ou até em outros países da América Latina tem possibilitado uma rica troca de conhecimentos entre estes movimentos.

Outra questão chave para o êxito destas entidades foi a participação protagônica e responsável dos movimentos nos diversos canais de participação e em reuniões com os entes governamentais, incidindo politicamente, em conjunto com aliados do campo da reforma urbana, para que haja uma ampliação dos recursos e das possibilidades de acesso a subsídios no Brasil. Além disso, outra questão identificada como imprescindível para o êxito em um projeto em PSH é que o trabalho social deve ser iniciado desde o momento de mobilização das famílias para o processo de ocupação, no sentido de manter as famílias informadas, para que não desistam do projeto e possam atuar diretamente pela liberação dos subsídios, junto ao órgão financiador ou a qualquer órgão que esteja impedindo o andamento do processo.

ⁱ Em 2005 a UFPE por meio do Projeto de Extensão Conexões dos Saberes foi convidada pelo MLB para desenvolver o projeto técnico social junto às 200 famílias que se reuniram para realizar um trabalho comunitário contando com os recursos do programa Crédito Solidário para construir suas habitações no conjunto habitacional Dom Helder Câmara no bairro da Iputinga em Recife - PE.

ⁱⁱ Importante salientar que a CMP não é um movimento de luta por moradia, mas sim uma central de articulação de entidades que atuam nas políticas públicas e não só com a questão da reforma urbana, mas vem apoiando diretamente alguns movimentos que não são de moradia.

ⁱⁱⁱ Importante ressaltar que todos os movimentos que estavam tentando acessar os recursos provenientes do programa PSM / FNHIS migraram para o PHPE / MCMV por encontrarem muitas barreiras burocráticas e não conseguirem contratar via PSM/FNHIS.

Bibliografia

BONDUKI, N. Habitacão & Autogestão - Construindo Territórios de Utopia. Rio de Janeiro. FASE. 1992.

BRASIL. - MINISTÉRIO DAS CIDADES - Programas de Habitacão de Interesse Social. Em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas>. Acessado em: 03/09/2009

CARDOSO, A. L. Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. In: CARDOSO, Adauto. (org.) Habitacao Social nas Metropoles Brasileiras. Uma avaliacao das políticas habitacionais em Belem, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do seculo XX. 1 ed.Porto Alegre : ANTAC, 2007.

DE LA MORA, L. Participação e conquista da cidadania: Avaliação da qualidade da participação social no programa de urbanização das favelas do Recife. Doutorado. 1993.

_____. et al. Produção Social do Habitat. Recife. In: Cartilha - Habitat para a Humanidade. 2007.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, FOLHA DE PERNAMBUCO E JORNAL DO COMÉRCIO - publicados entre 01/01/2003 e 31/12/2003.

GOHN, M. da G. Movimentos, Ongs e lutas sociais no Brasil dos anos 90. XIX Encontro Anual da Anpocs. GT Cidadania, Conflitos e Transformações Urbanas. Caxambú. 1995.

_____. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas In: GOHN, Maria da Glória (org.) Movimentos Sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores. Petrópolis, Vozes, 2003.

_____. O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

MARICATO, E. & SANTOS JUNIOR, O. A. dos Construindo a Política Urbana: Participação

-
- democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JUNIOR, O. A. dos (Orgs.). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro. Revan-FASE, 2007.
- MORAES, D. Por uma política de habitação de interesse social para o Recife. Anais Seminário de Avaliação de Projetos IPT em Habitação e Meio Ambiente: assentamentos urbanos precários. Brasília, MCT - FINEP. Habitare, 2005.
- RODRIGUES, E. et al. Produção Social da Moradia: desafios da política de habitação. In: Proposta, Revista Trimestral de Debate da Fase. Rio de Janeiro. Ano 32 - n116, p21-25, abr/jun 2008.
- SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Democracia e Governo Local: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001
- _____. O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade. In: Cadernos do FNUR 1. Rio de Janeiro, FASE, 2009.
- SOUZA, M. A. de A. Política Habitacional para os Excluídos: O caso da região metropolitana do Recife. In: CARDOSO, A. (coord.). Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Porto Alegre: ANTAC (Coleção HABITARE), 2007.
- ORTIZ, E. F. Notas sobre La Producción Social de Vivienda: Elementos básicos para su conceptualización e impulso. México, Casa y Ciudad, febrero. 2004.
- _____. De La Marginación a La ciudadanía: 38 casos de producción y gestión social del habitat. In: Diálogos Ciudad y Ciudadanos Del siglo XXI - Forum Barcelona, 2004.